

REVISANDO O MARCO TEÓRICO REALISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: REVISITANDO MAQUIAVEL E SUAS TESES

Reviewing the Realist Contemporary International Relations Theoretical Tradition: revisiting Machiavelli and his Thesis

Thales Castro*

Resumo

O presente artigo constituiu síntese da apresentação formal de nossa palestra, em inglês, na Conferência Internacional de Ciências Sociais da FIUC/UNICAP, realizada em março de 2016 no Auditório G1 da Universidade Católica de Pernambuco. Tem como foco a contribuição do *ethos* teórico realista com Maquiavel no transcurso de celebração de quinhentos anos de publicação de sua *magnum opus*, *O Príncipe*. Obra maiúscula e de referência atemporal, *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel é divisora de águas no campo da influência política internacional e rompe com a herança medieva de intermediação eclesiástica nos assuntos humanos. Seus impactos são profundos e recorrentes e alguns de seus principais temas foram aqui considerados e analisados.

Palavras-chave: Paradigma realista. Maquiavel. Teoria política estatocêntrica.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: SOBRE A TEORIA REALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Revisitar algumas das principais teses realistas de Maquiavel representa um desafio. Obra maiúscula e de referência atemporal, *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel é divisora de águas e é considerada como marco inicial do realismo político, como marco teórico e como práxis humana. Rompendo com a herança medieva de intermediação eclesiástica nos assuntos humanos, o realismo político tem seu marco no livro *O Príncipe*. Mais: tem seu fundamento epistêmico maior nesta obra-base da ciência política e das Relações Internacionais que, recentemente, celebra seus quinhentos anos. Rompendo com a tradição religiosa medieval, sua cientificidade do *ethos* político começa a ser construída a partir de Maquiavel.¹ Assim, este livro é ponto de partida para nossas reflexões neste artigo, que tem por fundamento a

* Doutor em Ciência Política pela UFPE. Assessor de Relações Internacionais da Reitoria da UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco. Cônsul AH da República de Malta em Recife. Presidente da Sociedade Consular de Pernambuco (SCP). Coordenador do Curso de Relações Internacionais da FADIC (Faculdade Damas), em Recife. E-mail: tccastro@hotmail.com

¹ Seria injusto não citar importantes teóricos pós-Maquiavel deste período como Jean Bodin e Thomas Hobbes, entre outros, de influência no entendimento das engrenagens da política e da formação do Estado e da natureza amoral do poder como mecanismo de interação social.

ponte que pode ser construída pelas contribuições de Maquiavel para as Relações Internacionais, salientando sua atualidade bastante pontiaguda.

O realismo clássico inicia seus argumentos sobre a tese da sobrevivência e autoajuda em sentido amplo por meio da manutenção do Estado, conservação do seu poder e a preservação da ordem pela subserviência de sua população, tendo a segurança comum como seus principais pressupostos. A segurança é bem público imaterial de relevante valor. Mais: é um patrimônio necessário à humanidade que remonta a antigos anseios das coletividades pré-estatais (pré-westphalianas). Em Hobbes, essa percepção é bastante clara tanto em sua obra *Leviatã*, quando de seus escritos em *De Cive*. Ainda com base em Hobbes, o realismo clássico, em razão da necessidade de sobrevivência e da autoajuda dos Estados, vai-se fundamentar no primado do egoísmo ético – em oposição ao altruísmo ético da escola liberal (vide próximo item).

A narrativa histórica e a narrativa científica dos conceitos acabam, repetidas vezes, por revelar que as teorias são construídas a partir de determinadas lógicas de poder em processos complexos de manuseio dos conscientes (e inconscientes) coletivos. Cada teoria criada e verificada em Relações Internacionais advém de vários campos do saber humano e adiciona ao amplo capital intelectual formando o arcabouço teórico (epistemologia) das Relações Internacionais, com suas respectivas falhas e virtudes. O campo de batalha pela luta e manutenção do poder ideológico acaba também por invadir as arenas teórico-científicas em várias áreas, em particular, nas Relações Internacionais (CASTRO, 2012, p. 313-320).

Os fundadores do realismo clássico podem ser posicionados em um hexágono: três grandes fundadores no mundo antigo (mundo oriental e greco-romano) e três grandes teóricos no mundo europeu pós-renascimento: Sun Tzu, Tucídides, Tito Lívio e Maquiavel, Hobbes e Richelieu, respectivamente.²

Pressupondo previsibilidade e estabilidade, a segurança – produto da força imposta e do simbolismo do poder – se torna cada vez mais preciosa em um cenário internacional marcado pela entropia relativa em razão também da busca pelos interesses individuais dos Estados. De fato, quando esses interesses estatais se contradizem e entram em choque com outros interesses estatais ou ainda com os macrointeresses do sistema internacional ao ponto

² Para substanciar a síntese do pensamento do realismo clássico, foi escolhido um de seus principais representantes: o Cardeal Richelieu. Observemos suas palavras contidas em seu *Testamento Político* como ferramenta esclarecedora: “Quem detém o poder geralmente detém o direito nos assuntos do Estado, e quem é fraco terá dificuldade para fugir da culpabilidade na opinião da maioria das pessoas”

de insustentabilidade, então a tão desejada harmonia, fundada na segurança, torna-se cada vez mais escassa. O ponto de ruptura da paz se torna então, cada vez mais, possível quando essas assimetrias se contrapõem em um estado latente de instabilidade.³

Como tese (dado primário) principal, o realismo advoga que o cenário internacional não é isonômico.⁴ O cenário internacional, além de calcado na incerteza, é estruturado em assimetria de informações por causa da natureza desnivelada do relacionamento entre os Estados e demais atores não estatais.⁵ O cenário internacional é amoldado pelo poder, pela força, pelo interesse. Esse último representa um debate, muitas vezes tenso, entre interesse nacional, interesse coletivo e interesse hegemônico no sistema internacional.

O cenário internacional é calcado na desigualdade inerente aos Estados e se retroalimenta de contradições. Espelha as desigualdades profundas dos Estados com seus níveis de desenvolvimento socioeconômicos, peso político, aspectos geodemográficos e, sobretudo, capacidade bélica. A corrente alicerça-se na existência de anarquia, e os interesses individuais dos atores políticos dão forma, funcionamento e coesão ao sistema político. Existem, além disso, a desigualdade e a conseqüente busca pelo militarismo, pela geoestratégia de defesa e manobra e pela lógica da conquista como eixos fundamentais, tanto sob o ponto de vista explicativo, como descritivo, prescritivo e de previsão.⁶

Uma das principais teses do realismo clássico é, em suma, que as relações humanas e, em última instância, as Relações Internacionais são centradas no poder, tendo a lógica da dominação como seu combustível. Em Hobbes, tal percepção reforça o sentido de “dilemas de segurança”, que é uma situação pela qual um determinado padrão de desenvolvimento da segurança interna, por meio de investimentos em defesa nacional, pode gerar, com os países vizinhos, situações até mesmo de aumento da insegurança. Em Hobbes, a vida no estado de natureza é solitária, pobre, detestável, bruta e curta. Para evitar tal situação de intolerabilidade de vida, o estado civil vai surgir para salvaguardar a ordem pública, a paz e a segurança dos cidadãos na relação com o Leviatã que imporá a força e o direito para tal finalidade.

³ Há dois momentos essenciais ao se estudar o realismo clássico como categoria inicial sob o primado da segurança internacional nas relações internacionais contemporâneas: a eclosão da guerra e seu *terminus ad quem* (Dinstein) que são pontos fulcrais na interação entre os Estados soberanos atualmente.

⁴ Como dado secundário (antítese), temos os padrões de dissuasão-normas-valores que operam um contraponto à lógica bruta dos capitais de força-poder-interesse. O resultado final do confronto (dialética) de ideias é o comportamento sintético normativamente equilibrado na esfera internacional.

⁵ Diferentemente dos sujeitos da ordem jurídica internacional, os atores da política internacional possuem uma maior amplitude de definição, de papel e de interação.

⁶ Teórico do realismo norte-americano contemporâneo de Morgenthau, Kennen vai influenciar na contenção do comunismo “*containment*” do processo de formação da política externa (KENNEN, 1951, p. 45-51).

Os conteúdos de moralidade e ética são de cunho abstrato para o tomador de decisão do Estado bem como podem assumir caráter de flexibilidade quando aplicados em casos concretos. Adicionamos a tal percepção clássica a noção já amplamente difundida aqui de que o poder está atrelado e deve ser interpretado de maneira holística e integral, atrelando-a ao interesse e à força dos Estados por meio de um complexo jogo multidimensional. A hegemonia e a hierarquização dos Estados são outras teses fundamentais atreladas a tais lógicas, e prepondera a lógica já citada no início do capítulo do simbolismo de conquista, dominação hierarquizante e vitória sobre os demais.

O Estado nacional é um produto de forças históricas e tem em seus *policymakers* sua principal fonte de análise das ações. Ademais, o Estado nacional atua, racional e utilitariamente, como ente autônomo, possuindo seus próprios interesses dentro de um sistema de Estados soberanos direcionado por uma agenda externa ora conflitante, ora em sintonia e harmonização conveniente. Tanto os elementos tangíveis e intangíveis de poder e de influência também dependem diretamente ao projeto nacional de longo prazo: a vontade nacional, a habilidade diplomática, o suporte popular ao governo (legitimidade). Quando um Estado cria eventos bem articulados, elabora regras de comportamento no âmbito internacional, muda o interesse nacional de outros países e influencia seus valores, pode-se dizer esse país exerce habilmente seu poder.⁷

Paradigmaticamente, os teóricos realistas clássicos defendem que o cenário internacional vive um estado latente de anarquia relativa, não no sentido de ausência de estruturas e regras ou caos completo, mas na falta de um governo central, supranacional, capaz de correlacionar, eficazmente, as normas e instituições internacionais (DONNELLY, 2006, p. 29-31). Os Estados soberanos, por exemplo, podem aplicar os instrumentos legais público-estatais que lhes convêm, estabelecendo relações com seus sistemas jurídicos internos. A ausência, contudo, de um efetivo e pleno arcabouço de governo superior aos Estados, com autoridade central para aplicar as normas de conduta e torná-las eficaz, faz perdurar a anarquia entrópica externa relativa da política internacional.

A corrente alicerça-se, portanto, na existência de anarquia, nos dilemas de segurança e no sistema de autoajuda dos Estados. Ademais, os interesses individuais dos atores políticos dão forma, funcionamento e coesão ao sistema político centrado em interesses. Existem, além

⁷ Wight afirma, categoricamente, no Capítulo XIV de sua obra: “É da natureza das potências se expandirem. As energias de seus membros se irradiam cultural, econômica e politicamente e, ao menos que hajam fortes obstáculos, essas tendências se refletirão no crescimento territorial” (WIGHT, 2002, p. 141).

disso, a desigualdade e a conseqüente busca pelo militarismo e a geoestratégia de defesa e manobra e a lógica da conquista como eixos centrais. Também chamado de *machtpolitik* – ou política da força – o realismo adota tal expressão em alemão em referência *inter alia* ao Chanceler de Ferro, Otto von Bismarck, em sua prática ultrarrealista ao longo da segunda metade do século XIX de manipulação e uso da força política e bélica para atingir seus objetivos finalísticos durante e após a unificação da Alemanha em 1871.

Acerca do conceito de anarquia aplicado no cenário internacional, Maquiavel (1996, p. 108) tem a seguinte reflexão:⁸

Nas ações de todos os homens, sobretudo dos príncipes, quando não há tribunal ao qual recorrer, deve-se considerar o resultado. Assim, um príncipe deve conquistar e manter um Estado. Os meios serão sempre considerados honrados e por todos louvados. Porque o vulgo atenta sempre às aparências e ao resultado e no mundo só existe o vulgo (Grifo meu).

Logo adiante, iremos aprofundar tais reflexões, mostrando trechos específicos da *magnum opus* de Maquiavel com vistas a sua articulação epistêmica no contexto de sua profunda atualidade.

SETE TESES NORTEADORAS: A ATUALIDADE DE MAQUIAVEL NO REALISMO COMO PARADIGMA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Podemos sintetizar sete principais teses norteadoras do realismo clássico assim expostas: a natureza humana é, em grande medida, egoísta e individualista e tais ações se refletem nas articulações internas e externas dos Estados; a guerra representa instrumento no domínio da política para fins de maximização das estratégias nacionais (razão de Estado) de sobrevivência e segurança; o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos; o militarismo e as políticas de defesa nacional (ofensivas ou defensivas) são justificáveis sob o ponto de vista de obtenção e manutenção, a custos crescentes, de capitais de força-poder-interesse (K_{FPI}) disponíveis; a relativamente baixa controlabilidade internacional (entropia relativa) força os atores estatais a tomarem posturas de priorização de suas respectivas agendas; o Estado nacional é um principal ator do cenário internacional, permitindo a si o acesso à extensa gama de ações, de

⁸ Poder-se-ia fazer uma analogia da frase usada por Maquiavel da ausência de um tribunal ao qual não se tem como recorrer à ausência de estruturas de governo mundial plenamente eficaz com base na legitimação jurídica.

prioridades autojustificadas e de prerrogativas exclusivas; e , por fim, os Estados são movidos e posicionados em uma distribuição irregular e assimétrica de K_{FPI} , ocasionando, assim, uma hierarquização cratológica em uma determinada ordem mundial.

Diante dessas observações, convém tecer alguns comparativos e explicitações ilustrativas, tendo como base o texto de Maquiavel do *Príncipe*. Seguem, portanto, logo abaixo as respectivas teses e trechos *in litteris* do texto do autor realista clássico.⁹

Primeira tese: a natureza humana é, em grande medida, egoísta e individualista e tais ações se refletem nas articulações internas e externas dos Estados:

Qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar.

Não é essencial que possua todas as boas qualidades, mas é fundamental que aparente possuí-las.

É bom ser e parecer piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, mas é preciso ter a capacidade de se converter aos atributos opostos em caso de necessidade.

O que usa de má vontade o que é seu, enquanto avaro significa entre nós quem deseja possuir, pela rapina; um é considerado generoso, o outro ávido; um cruel, o outro misericordioso; um, perjuro, o outro fiel...

O governante deve agir sempre com equilíbrio, ter cuidado com o que acredita e com o que faz. Não pode ter medo da própria sombra, enxergar conspiração por todos os lados, tornando-se intolerável pela desconfiança, nem tornar-se imprudente pelo excesso de confiança.

Os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessários, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha.

Um príncipe deve saber usar as duas naturezas, e qualquer uma delas sem a outra não é duradoura. Sendo obrigado a saber agir como um animal, deve o príncipe valer-se das qualidades da raposa e do leão, pois o leão sabe se defender das armadilhas, e a raposa não consegue defender-se dos lobos. É preciso portanto, ser raposa para reconhecer as armadilhas, e leão para afugentar os lobos. Um príncipe prudente não deverá agir com boa-fé quando, para fazê-lo, precise agir contra seus interesses, e quando os motivos que o levaram a empenhar a palavra deixarem de existir.

Segunda tese: a guerra representa instrumento no domínio da política para fins de maximização das estratégias nacionais (razão de Estado) de sobrevivência e segurança:

⁹ Todos os trechos retirados *in litteris* tiveram a mesma fonte com a mesma obra já citada: (MAQUIAVEL, 1996, p. 56 *inter alia*).

Deve, portanto, o príncipe não ter outro objetivo, nem pensamento, nem tomar como arte sua, coisa alguma que não seja a guerra, sua ordem e disciplina, porque esta é a única arte que compete a quem comanda.

As guerras não podem ser evitadas e, quando adiadas, só trazem benefícios para o inimigo. [...] Nas repúblicas, por outro lado, há mais firmeza, brio, maior ódio e desejo de vingança; não poderão abandonar a memória de sua antiga liberdade. Assim, o meio mais seguro de dominá-las será devastá-las ou nelas habitar.

Terceira tese: o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos:

Ao tomar um Estado, o conquistador deve definir todas as crueldades que necessitará cometer, e praticá-las de uma só vez evitando ter de repeti-las a cada dia; assim tranquilizará o povo, ao não renovar as crueldades, seduzindo-o depois com benefício.

Que ao governar suas decisões sejam irrevogáveis e que sustente de tal forma que a ninguém ocorra enganá-lo ou demovê-lo.

É muito difícil conspirar contra quem tem grande reputação, não será fácil atacá-lo, desde que seja considerado um príncipe capaz, estimado pelos súditos.

Os príncipes precisam se acautelar contra duas coisas: uma interna (seus súditos); a outra externa (as potências estrangeiras).

Um dos remédios mais poderosos contra as conspirações é não ser odiado pela massa popular; o conspirador acredita sempre que a morte do soberano satisfará o povo.

Ser ou parecer é a qualidade de um príncipe. É muito mais seguro ser temido, se for necessário optar.

Quarta tese: o Estado nacional utiliza a maximização do cálculo do poder diante de seus constrangimentos endógenos e exógenos; o militarismo e as políticas de defesa nacional (ofensivas ou defensivas) são justificáveis sob o ponto de vista de obtenção e manutenção, a custos crescentes, de capitais de força-poder-interesse (K_{FPI}) disponíveis:

Os príncipes nunca devem permitir, portanto, que seus pensamentos se afastem dos exercícios bélicos; exercícios que devem praticar na paz mais ainda que na guerra, de duas formas; pela ação física e pelo estado”

Os príncipes que se interessam mais pelas coisas amenas de que pelas armas, perdem seus domínios.

Quinta tese: a relativamente baixa controlabilidade internacional (entropia relativa) força os atores estatais a tomarem posturas de priorização de suas respectivas agendas:

Depois de conquistados uma 2ª vez, os territórios rebeldes não voltam a ser perdidos com a mesma facilidade. A própria rebelião faz com que o

monarca se sinta mais inclinado a fortalecer sua posição – punindo os rebeldes, desmascarando os suspeitos, revigorando seus pontos fracos.

Será preciso que o príncipe lute contra a ambição de alguns poucos, que poderão ser controlados facilmente de muitas formas.

Sexta tese: o Estado nacional é um principal ator do cenário internacional, permitindo-o o acesso a extensa gama de ações, de prioridades autojustificadas e de prerrogativas exclusivas:

Todos os Estados que já existiram são e foram sempre repúblicas ou principados. Os principados ou são hereditários, quando por muitos anos os governantes pertencem à mesma linhagem, ou foram fundados recentemente.

Sétima e última tese: os Estados são movidos e posicionados em uma distribuição irregular e assimétrica de K_{FPI} , ocasionando, assim, uma hierarquização cratológica em uma determinada ordem mundial.

Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos quanto dos velhos e dos mistos, são as boas leis e as boas armas. Como não se pode ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis.

Devemos, pois, saber que existem 2 gêneros de combate: um com as leis e outro com a força; é pela força ou pela astúcia.

O poder se encontra de fato onde está a decisão.

Apesar da veracidade e relevância dos aspectos observados pela ótica do realismo clássico em Maquiavel, na lógica do poder assimétrico entre as nações, é importante frisar que os Estados soberanos estão, usualmente, interagindo pelas regras e instituições impostas no contexto mais amplo da respectiva ordem mundial vigente. Essas regras possuem institucionalidades que perpassam os interesses nacionais e condicionam a ideia de anarquia e entropia no sistema internacional, de acordo com a ótica realista (TAYLOR, 1946, p. 41-44).

Tendo como base as sete teses norteadoras já apresentadas acima, o realismo representa, portanto, a desigualdade nata dos Estados vivendo em um sistema internacional, referenciada pelo estado de natureza hobbesiano, cujo imperativo hegemônico, sob a égide da escolha estratégica dos atores, condiciona o sistema externo de acordo com os valores, ímpeto político e militar ao restante dos Estados.

Hannah Arendt traz algumas reflexões pontuais sobre a concepção de estado de natureza e como interage nas estruturas do pensamento realista:

À medida que a violência desempenha um papel predominante nas guerras e revoluções, ambas se dão fora da esfera política em termos estritos, a despeito de seu imenso papel na história documentada. [...] A noção de um

estado de natureza se refere quando menos a uma realidade que não é abrangida pela ideia oitocentista de desenvolvimento, como quer que a formulemos – seja como causa ou efeito, ou potencialidade e atualidade, ou um movimento dialético, ou mesmo como um simples encadeamento de fatos (ARENDDT, 2011, p. 45).

CONCLUSÕES E DESDOBRAMENTOS

O Estado é o principal componente do amplo fenômeno personificado da interação internacional. Como peça-chave na relação sujeito-objeto, o Estado tem centralidade e prerrogativas unívocas que o distinguem, de forma pontual, de outros atores internacionais, diante do pensamento realista maquiavélico.¹⁰ Não se pode conceber o estudo do Estado (estatologia) sem sua relação direta com o poder (cratologia), no âmbito das Relações Internacionais contemporâneas. Na verdade, Estado e poder se confundem em sua lógica própria e intrínseca de cientificidade da política internacional. O Estado é meio e fim; o Estado é agente e paciente dos objetos complexos da vida externa e interna.¹¹

O Estado nacional é criação relativamente recente no amplo dínamo histórico da humanidade. O Estado foi forjado na violência e, como tal, representa *a priori* a lógica de manifestação e materialização das forças sociais de profundo e longo alcance (MORAES, 1997, p. 159-165). O Estado nacional é o ente principal e norteador em termos de estática e dinâmica das Relações Internacionais e é produto de um largo momento de transição do medievalismo para o renascimento humanista dos séculos XVI e XVII. Teve como marco a secularização das relações políticas internacionais a partir de Westphalia (1648), cujo jogo de poder revelava o aprofundamento do fosso entre o poder temporal e o poder espiritual após a Guerra dos Trinta Anos, formando o conceito do Estado soberano e estruturado em dinâmicas internas de formação nacional. A questão religiosa, no esteio das forças políticas dos Habsburgos, da malha de rivalidades dinásticas e das questões territoriais e econômico-comerciais subjacentes, tem papel importante na análise causal histórica, cujo produto final será a criação da entidade estatal (estatocentrismo). A externalidade (positiva) das grandes

¹⁰ O *Leviatã* hobbesiano ou o *Stato* no texto de Maquiavel pode se enquadrar tanto como sujeito ou como objeto de fenomenologia do saber internacional. Essa simultaneidade permite análise diversa e mutante sobre seus fundamentos, papel e dilemas na esfera externa.

¹¹ Iniciando com o argumento triplo acerca da origem, da constitutividade e da operacionalidade político-estatal, o presente artigo, ademais, traz refutações sobre como os fundamentos iniciais do *Leviatã* hobbesiano teve sua constitutividade alterada ao longo dos séculos. Dessa forma, a esteira lógico-dedutiva dos argumentos apresentadas se funde nas teorias mais recentes sobre a formalidade (primeira geração) e a substancialidade (segunda geração) sobre o Estado moderno. O Estado contemporâneo é, portanto, sujeito e objeto do fenômeno complexo das Relações Internacionais, de acordo com Castro (2012).

guerras religiosas desta época foi, portanto, a criação da primazia da estatalidade e da personalidade jurídica no âmbito interno e externo como fruto de largo processo social, político, histórico e cultural.

Como já mencionado, o primeiro uso do termo (“*stato*”) na literatura específica ocidental encontra-se em Maquiavel que generalizou sua qualificação na forma de diversas potestades civis e eclesiásticas: “Todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens são Estados e são ou repúblicas ou principados.”¹² O Estado representa rótulo concedido, de acordo com uma tradição jurídica ocidental que, posteriormente, foi-se exportando ao globo, a um conjunto específico de entidades política e juridicamente organizadas, com o reconhecimento anterior por outros Estados com seus pressupostos formais e materiais que aqui são entendidos como elementos constitutivos.

Dessa forma, podemos concluir que a atualidade modernizante de Maquiavel, especialmente, com trechos pontuais de sua grande obra trazem reflexos necessários para uma visão política isenta de paixões e sem idealismo romântico. Que Maquiavel seja lido e relido – não no sentido pedagógico de ilustração da necessidade de condutas normativas, mas no sentido de, sabendo como operam as lógicas de poder, podemos estar preparados para os horizontes adiante.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG/Itamaraty, 2012.
- DONNELLY, Jack. Realism. In: JAHN, Beate (Org.). **Classical Theory in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- GRIFFITHS, Martin (Org.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An Introduction**. Nova Iorque: Routledge, 2007.
- _____. **Realism, idealism and international politics: a reinterpretation**. Nova Iorque: Routledge, 1992.
- KAUFMANN, Walter. **Hegel: texts and commentary**. 3. ed. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1986.
- KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do Estado**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KENNEDY, Paul. **Preparando-se para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

¹² Esta é a primeira alusão ao termo “Estado” no seu texto, embora, em diversas outras passagens, Maquiavel torne a usá-lo de forma instrumental (MAQUIAVEL, 1996, p. 13).

- KENNEN, George. **American Diplomacy**. Chicago: Mentor Books, 1951.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MORAES, Emanuel de. **A origem e as transformações do Estado**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- TAYLOR, Michael. **Anarchy and Cooperation**. Nova Iorque: Wiley, 1976.
- WIGHT, Martin. **A Política do Poder**. Brasília: Editora da UnB; IPRI; Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.

Abstract

This article is summary of the formal presentation of our lecture in English at the International Social Science of IFCU / UNICAP Conference held in March 2016 in Hall G1 at the Catholic University of Pernambuco. It focuses on the contribution of the realistic theoretical ethos with Machiavelli in celebration course of five hundred years of publication of his *magnum opus*, *The Prince*. Considered a seminal and timeless reference, Niccolo Machiavelli's *The Prince* is dividing waters in the field of international political influence and breaks with the Medieval heritage of ecclesiastical mediation in human affairs. Their impacts are profound and recurring and some of his main themes were considered here and analyzed herein.

Keywords: Realistic Paradigm. Machiavelli. State-centered political theory.